

Dados da CAT indicam que Marrocos e Gâmbia são os únicos que estão a cumprir metas de Paris sobre o clima

29 de Novembro, 2019

Nas vésperas da 25.ª cimeira da ONU sobre alterações climáticas, em Madrid, os últimos dados da análise científica Climate Action Tracker (CAT), aos quais a Agência Lusa teve acesso, indicam que “só Marrocos e a Gâmbia estão no caminho de cumprir as metas de evitar um aquecimento superior a 1,5 graus celsius, e que cinco países caminham para cumprir a meta de menos 02 graus celsius (Butão, Costa Rica, Etiópia, Índia e Filipinas)”.

O CAT é produzido por duas organizações, a Climate Analytics e o New Climate Institute, e analisa as promessas e políticas climáticas de 32 países/regiões, cobrindo cerca de 80% das emissões globais de gases com efeito de estufa.

Segundo o CAT, as medidas da União Europeia e de grandes países como a Austrália, Canadá, Brasil ou México apenas limitariam o aumento das temperaturas a três graus. E outros como a China, o maior emissor de gases, o Japão a Indonésia ou a Argentina, com medidas muito insuficientes, limitam o aquecimento global apenas nos quatro graus. E no fundo da tabela, numa situação crítica, praticamente sem medidas para conter as emissões de gases, encontram-se outros dos maiores emissores, a Federação Russa e os Estados Unidos, mas também a Arábia Saudita, a Turquia e a Ucrânia.

O CAT tem vindo a alertar para as “poucas mudanças” por parte dos governos, e diz que se todos os compromissos atuais fossem alcançados a temperatura do mundo aumentaria 03 graus, o dobro do que concordaram em Paris.

“A verdade por trás das promessas climáticas”

O alerta para o não cumprimento tem partido de outras vozes, como de cientistas e especialistas de vários países que produziram recentemente o relatório “A verdade por trás das promessas climáticas”. No documento, os autores, alguns deles antigos responsáveis do Painel Intergovernamental da ONU para as Alterações Climáticas (IPCC), deixam bem claro que a análise dos compromissos para reduzir as emissões de gases entre 2020 e 2030 mostra que “75% das promessas são parciais ou totalmente insuficientes” e que parte delas provavelmente não serão alcançadas.

Os principais emissores de gases são a China (26,8% do total), os Estados Unidos (13,1%), a União Europeia (09%) e a Índia (07%) e nem tudo é favorável, com os Estados Unidos a anunciarem mesmo que vão sair do Acordo de Paris, nota-se no relatório, no qual se salienta ainda que a Federação Russa, o quinto maior emissor, não tem um plano de corte de emissões de gases. E depois, refere-se ainda no documento, de 152 promessas 126 estão parcial ou totalmente dependentes de financiamento internacional, tecnologia e

capacidade de construção.

“Assim, pelo menos 130 nações, incluindo quatro dos cinco maiores emissores do mundo, estão muito aquém de contribuir para atender às reduções de 50% das emissões globais necessárias em 2030 para limitar o aumento da temperatura global a 1,5º C acima dos níveis pré-industriais”, alerta o relatório. A falta dessas medidas levará a perdas económicas decorrentes de eventos climáticos que os autores do relatório estimam em dois mil milhões de dólares por dia até 2030.

Sob a ameaça das alterações climáticas e a urgência de reduzir as emissões de gases para as limitar, a verdade é que essas emissões de gases com efeito de estufa não têm diminuído, mas aumentado (20% na última década). Em 2017 subiram 1,7%, no ano passado 2,7%, e este ano os valores continuam a crescer. “Sem mudanças massivas e uma liderança ativa num futuro próximo, podemos estar a viver num mundo de 1,5.C [aumento] em cerca de uma década”, avisa-se no relatório.

Baseado unicamente nas promessas o documento apenas considera como suficientes as feitas pela União Europeia, colocando as do Brasil, Canadá e Austrália como parcialmente suficientes. Com promessas insuficientes surge quase toda a África e grande parte da Ásia, os Estados Unidos e toda a América do Sul com exceção do Brasil.

Esta semana a organização ecologista Greenpeace lamentou o “retrocesso” na vontade política de alguns países em diminuir as emissões, como aconteceu nos últimos seis meses com a China e com a Índia, segundo Juan Pablo Osornio, responsável da política climática da Greenpeace Internacional.

Dizem os responsáveis que a União Europeia ainda é o melhor que há, mas que a promessa de reduzir as emissões em 40% até 2030 não é suficiente. A um mês da entrada em vigor do Acordo de Paris, com a COP25 a começar, o “cenário não é animador”, refere a Lusa. As emissões de gases com efeito de estufa atingiram novos recordes no ano passado e as temperaturas mundiais podem subir mais do dobro do limite combinado em Paris, segundo um relatório da ONU divulgado esta semana em Genebra.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, disse a propósito do relatório que nunca houve um momento mais importante para ouvir a ciência do que o atual, mas a julgar pelo panorama atual os países não estão a ouvi-lo.

Portugal é um dos países mais ambiciosos mas também sujeito a críticas

Portugal é “ambicioso nas metas da neutralidade carbónica”, tendo sido o “primeiro país do mundo a apresentar um plano”, no entanto, também é “criticado por falta de medidas”,pode ler-se no site da Lusa. As críticas não são novas e as mais recentes vêm num documento (O tempo está a passar: olhares sobre os progressos alcançados até agora pelos Estados Membros na melhoria das versões provisórias dos PNEC), divulgado esta semana pela organização não governamental “Climate Action Network Europe” (CAN), que junta associações europeias ligadas ao clima e à energia. Nele faz-se um balanço dos progressos dos Estados membros da União Europeia.

Dos países mais ambiciosos em matéria climática, Portugal teve no ano passado a maior redução (-9%) de emissões de dióxido de carbono (CO₂) na União Europeia e mais do triplo da média europeia, acabou com isenções do Imposto sobre Produtos Petrolíferos na produção de eletricidade através do carvão, e lançou leilões para a produção de energia solar, que quer catapultar em 10 anos. E a meio da década quer ter fechadas as duas centrais a carvão do país.

Em matéria de leis aprovou um quadro estratégico para a política climática, criou um programa e estratégia para a adaptação às alterações climáticas, o roteiro para a neutralidade carbónica, aprovou o Acordo de Paris para a legislação nacional, aprovou o PNEC. E aprovou também milhões de euros para as áreas da economia circular, descarbonização e valorização do território.

Até 2030, segundo o PNEC, quer reduzir entre 45 e 55% as emissões de gases com efeito de estufa. E no relatório o CAN destaca essa vontade, bem como a da Suécia, da Dinamarca, da Holanda, da Finlândia e da França. Mas também evidencia o atraso de Portugal especialmente na eficiência energética. Ou a falta de informação sobre essa e outras matérias. “Espera-se que Portugal apresente em breve a sua versão final do PNEC”, diz-se no documento.

“Os Estados Membros têm ainda um mês para garantir maior ambição nos seus PNEC finais. Já é tempo de aproximarem os seus planos das metas do Acordo de Paris. O tempo está a passar e o prazo para a finalização dos planos – o final deste ano – está a aproximar-se”, afirma-se no documento.

Ainda que em termos gerais as metas propostas pela União Europeia para fazer face às alterações climáticas sejam consistentes, especialistas sobre o clima consideram que é preciso muito mais. Até porque se a União dá o exemplo há países e regiões que ou não cumprem as promessas ou estão a aumentar as emissões, em vez de as diminuir. A China é um exemplo e os Estados Unidos outro.

Nas contas da ONU as promessas atuais de cada país levarão a uma “subida de temperatura de 3,2 graus Celsius” e manter o aumento abaixo dos 1,5 graus exigiria um “aumento de cinco vezes nas medidas que estão prometidas até agora”.